

ATA Nº 65/2022 – Da Comissão de Normas e Documentos do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capivari de Baixo – SC.

1 Aos quatorze dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às oito horas, na Sala de
2 reuniões da Secretaria de Assistência Social, localizada na Avenida Ernani Cotrin, 163,
3 Centro, Capivari de Baixo-SC, reuniu-se a Comissão de Normas e Documentos do
4 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a
5 condução da conselheira e relatora: Dafna Correa Rodrigues (representante titular da
6 AJL). Estando presentes os demais conselheiros integrantes dessa comissão: Alyne Motta
7 Barbosa Pinter (representante titular da Secretaria de Administração e finanças), Lucas
8 Joaquim Borges (representante titular do Grupo Escoteiro Carijós), Simone Fernandes
9 Floriano (representante titular da Secretaria de Saúde) e Rosa Machado Silveira
10 (representante titular do CEACA). Dafna saúda a todos e realiza a leitura da pauta: Item
11 um: Informar justificativas de faltas, caso houver; Item dois: Repassar cronograma de
12 pautas propostas para essa comissão; Item três: Organizar Conferência Municipal; Item
13 quatro: Analisar registros das entidades e programas no CMDCA; Item cinco: Revisar
14 editais FIA para abertura. Dafna questiona se houve justificativa de faltas. Sabrina
15 informa que da Secretaria de educação Álvaro informou informalmente que não está mais
16 na Secretaria. Dafna observa que será assunto a ser levado então para a plenária:
17 encaminhar ofício solicitando a indicação de novo representante da Secretaria de
18 educação. Conselheiros concordam. Dafna observa que sobre o item quatro: por enquanto
19 não há registros a serem analisados, pois as entidades ainda não entregaram. E observa
20 ainda que não tem dia estipulado no documento, ficando o prazo geral em março, e que
21 no seu entendimento as documentações das entidades podem ser entregues em 31 de
22 março e questiona a opinião dos demais. Conselheiros concordam por unanimidade.
23 Dafna explica ainda que em conversa com a Sabrina foi sugerido adiantar o recebimento
24 das documentações para a comissão já analisar e conseguir realizar a abertura do edital
25 em seguida, porém observa que não é todo ano que há as mudanças que estão ocorrendo
26 esse ano na Secretaria, a Secretaria de Assistência social mudou a nomenclatura para
27 Secretaria de desenvolvimento social. Dafna diz que geralmente o CMDCA começa em
28 fevereiro então teriam março para analisar, e questiona se colocam data definida ou
29 deixam em aberto para março, sendo então os registros analisados pela comissão em abril.
30 Rosa diz que, na sua opinião, ficou vago, saiu normativa então teria que sair ofício com
31 cópia da resolução para as entidades tomarem conhecimento. Dafna observa que a
32 alteração foi aprovada em plenária, onde todas as entidades estavam presentes. Rosa
33 concorda que todas as entidades devem estar presentes na reunião, porém observa que às
34 vezes o assunto passa batido e o representante da entidade não leva o assunto pra entidade,
35 como foi o caso da Rosilene, que participou como suplente da APAE na reunião onde foi
36 discutida a abertura do edital anterior, porém o Hamilton não ficou sabendo. Rosa reforça
37 que deve ser igual pra todo mundo, deve ser oficializado havendo clareza nas coisas,
38 como aprenderam na visita que realizaram à Criciúma. Dafna questiona se a Resolução
39 foi colocada no site. Sabrina confirma. Dafna diz que as entidades devem procurar sempre
40 se atualizar e se inteirar do que é aprovado no conselho e observa que em Criciúma são
41 cinco pessoas responsáveis pelos conselhos, diferindo de Capivari que está somente a
42 Sabrina, e diz que seria mais papel e mais trabalho pra estar sobrecarregando, e diz que é
43 desnecessário. Dafna diz que foi publicado, está no site e a entidade é responsável por

44 saber das aprovações. O conselheiro Lucas diz que a entidade pode entregar em atraso,
45 após março, porém entende que nesse meio tempo a entidade não poderá votar. Dafna diz
46 que o prazo para a entidade se cadastrar é março, passando dois anos, em março todas
47 devem ser revalidadas, conforme a resolução. Rosa sugere que primeiramente deveriam
48 atualizar o regimento interno do CMDCA. Dafna diz que os conselheiros tem muitos
49 assuntos a serem debatidos por esta comissão e que sugeriu na última reunião que, em
50 conjunto com Sabrina, formassem os assuntos a serem debatidos nesse ano a ser trazido
51 pra comissão. Dafna explica que, segundo o cronograma, o regimento interno ficaria para
52 ser debatido em setembro, porém o cronograma foi trazido para a comissão para sugestões
53 e explica que foi apenas organizado o calendário para definirem juntos e o lê. Rosa diz
54 que, com relação ao envio de ofício para as entidades, é uma coisa importante devem
55 passar para a plenária, pois serve como prova que o conselho fez seu papel caso
56 questionado pelo Ministério público. Dafna diz que o ofício seria para respaldo da
57 entidade e não para o ministério público. Rosa diz que também não é uma semana para a
58 comissão de normas analisar, e que deveriam organizar uma visita nas entidades que se
59 inscrevem, que devem organizar em documento um prazo. Rosa diz ainda que solicitou a
60 inclusão da Sabrina no grupo dos CMDCA's da FECAM para que ela tenha acesso às
61 documentações que são disponibilizadas, como alguns modelos pra trazer ao conselho.
62 Lucas observa que o prazo para a comissão analisar está disposto na resolução. Rosa cita
63 exemplo: se a entidade não apresentou no prazo estipulado que era em março, porém
64 trouxe dia 04 de abril, por exemplo a Rosa entrega a documentação do CEACA nessa
65 data, e vai querer que a comissão se reúna em seguida, depois do prazo, para analisar, e
66 que isso não pode acontecer, a comissão não vai ficar se reunindo a cada entrega. Simone
67 diz que se o prazo já está disposto na resolução então devem encaminhar a resolução para
68 as entidades. Dafna explica que Sabrina encaminhou através de e-mail. Rosa diz que a
69 Resolução deveria ser entregue na plenária em sua íntegra para a aprovação. Sabrina
70 lembra os presentes que foi encaminhado para a plenária o parecer de n. 002/2022 desta
71 comissão, onde foram aprovadas as alterações na Resolução n. 02/2014, que está em
72 vigor. Dafna concorda. Rosa observa que não foi aprovada a resolução na íntegra. Dafna
73 diz que a Resolução n. 002/2014 foi alterada, e lembra que foi aprovada na plenária a
74 alteração. Rosa reforça que deveriam ter apresentado na íntegra para ver demais questões.
75 Dafna diz que é na Comissão de normas que a Resolução deve ser apresentada então, ou
76 retornariam a ter reuniões demoradas de três horas, pois é atribuição da Comissão de
77 normas analisar as documentações para passar à plenária. Dafna diz que a Sabrina está
78 sempre mandando as documentações à todos os conselheiros, e cabe a cada um fazer suas
79 sugestões. Rosa reforça que a plenária deveria ver o documento na íntegra. Dafna diz que
80 em seu entendimento a atualização da entrega das documentações para o mês de março
81 foi o documento na íntegra, e o entendimento é que a entrega é até o dia 31 de março.
82 Lucas diz que o Grupo Escoteiro nesses trinta dias está no prazo, porém se entregarem
83 em abril a comissão pode analisar depois. Rosa diz que a Resolução sobre os registros de
84 entidades e programas é bem antiga e que deveriam rever para fazer uma nova. Lucas diz
85 que, no caso do grupo escoteiro, estão repassando a diretoria, porém o que é solicitado na
86 Resolução são itens básicos da entidade, e diz que todos estão cientes que devem entregar,
87 porém não sabem se conseguirão no prazo devido à mudança da diretoria. Dafna diz que
88 a Comissão deve ter maior atenção nos assuntos e se for sugestão alterar o restante da
89 resolução. Rosa diz que passou batido pela comissão de normas. Dafna observa que tem

90 muitos assuntos importantes para serem debatidos por essa comissão, e que entende que
91 o regimento interno é importante, porém o edital também deve ser aberto com urgência,
92 pois tem recurso público parado no FIA. Dafna observa que foi até sugestão da Sulani,
93 da APAE, fazer uma mobilização para arrecadar mais recursos, porém o seu entendimento
94 é que primeiramente o recurso que já tem na conta deve ser gasto. Dafna diz que até o
95 recurso ser repassado para a entidade que teve seu projeto aprovado leva
96 aproximadamente quatro meses. Dafna diz que os conselheiros devem vir preparados para
97 a reunião, pois o regimento interno é grande: quarenta folhas. Sabrina informa que ao
98 entrar no conselho os conselheiros receberam o regimento interno e que o mesmo também
99 está disponibilizado no site. Dafna diz que fica como sugestão então: analisar os registros
100 em abril das entidades que conseguiram entregar. Rosa reforça que até 31 de março é a
101 entrega das documentações pela entidade. Simone diz que a Resolução não irá mudar e
102 sim a análise pela comissão. Dafna concorda. Dafna sugere que o assunto: Conferência
103 Municipal fique a ser discutido em maio e passam para a próxima reunião a análise do
104 regimento e edital para projetos. Dafna observa que o edital já havia sido revisto ano
105 passado, porém observa que alguns conselheiros, que atualmente estão na comissão, não
106 conhecem o edital. Dafna questiona se o Lucas já estava. Lucas informa que foi devido
107 esse edital que foi convidado à participar do CMDCA representando o Grupo Escoteiro
108 Carijós. Dafna observa que o regimento estava no cronograma de pautas proposto para
109 ser revisto entre setembro e outubro, e sugere que a análise dos registros vá para a reunião
110 de abril. Dafna sugere a organização da conferência municipal em maio. E em abril
111 também definir as informações do relatório quadrimestral. Abril também o edital, pois é
112 um documento a ser estudado. Lucas observa que os conselheiros não conseguirão fazer
113 tudo em abril. Dafna reforça que precisam tirar o dinheiro do fundo com urgência, pois
114 se aprovar só em junho são seis meses sem atividades para as crianças na entidade. Rosa
115 diz que tem visita agendada do promotor com o CEACA e que irá levar alguns
116 questionamentos que tem anotado, dentre elas relacionadas a questão dos conselhos e que
117 também pedirá auxílio para analisar o regimento interno. Dafna sugere iniciar a análise
118 do edital que já está 80% feito e depois partem para o regimento interno. Simone diz que
119 se compromete em ler o edital para contribuir. Dafna inicia a leitura do modelo do edital
120 para projetos com recursos já existentes no Fundo da Infância e Adolescência, e diz que
121 a primeira alteração seria a questão do valor direcionado para projetos. Dafna questiona
122 qual o valor disponibilizado hoje. Sabrina apresenta o documento encaminhado por
123 Alessandra, do controle interno, ao e-mail do CMDCA, em resposta ao questionamento
124 acerca da dotação orçamentária. Dafna questiona se já foram descontados os valores dos
125 dois projetos do CEACA. Sabrina abre o relatório de prestação de contas, apresentado
126 por Alessandra Pascoali em reunião anterior. Dafna observa que no relatório de prestação
127 de contas temos o valor disponível de R\$ 457.210,54 (quatrocentos e cinquenta e sete mil,
128 duzentos e dez reais e cinquenta e quatro) centavos e no documento recentemente
129 encaminhado foi informado R\$ 419.502,82 (quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e
130 dois reais e oitenta e dois centavos). Dafna diz que considerando que contratem o
131 marketing pelo FIA o valor não irá baixar de R\$ 500,00 reais mensal. Sabrina relembra
132 que devem levar em consideração também a contratação de Conferencista. Dafna sugere
133 o valor de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais) para projetos. Alyne diz que
134 devem limitar projetos. Dafna diz que terá item mais adiante. Rosa diz que tem sugestão
135 que dará posteriormente. Dafna continua a leitura, com relação ao art. 4º que as entidades

136 deverão estar devidamente registradas no CMDCA. Alyne sugere que as entidades devem
137 estar também com o registro em vigor, pois podem ter realizado no ano passado e
138 apresentar que estão registradas, mas não estar mais valendo ou colocar até qual data
139 estarão limitando. Rosa sugere que coloquem estar registradas até a data do edital. Alyne
140 diz que se colocarem até a data vão estar limitando. Dafna sugere acrescentar à redação:
141 deverão estar devidamente registradas e vigorando no CMDCA. Conselheiros aprovam.
142 Dafna continua a leitura, no art. 5º As organizações governamentais poderão acessar até
143 20% (vinte por cento) do recurso; Dafna questiona se permanece essa porcentagem para
144 entidades governamentais. Conselheiros aprovam por unanimidade. Dafna sugere incluir
145 a dotação orçamentária no edital. Alyne diz que na licitação tem isso organizado. Dafna
146 continua a leitura das diretrizes. Simone diz que tem bastante crianças e adolescentes com
147 uso de drogas, se quiserem apresentar projetos voltados a esse tema, indico. Dafna diz
148 que na Associação Jorge Lacerda tinham o projeto: Guardas ambientais, porém não pode
149 ser mais financiado pelo FIA e estão com dificuldades de dar continuidade. Dafna diz que
150 devem deixar claro quem avaliará os projetos governamentais, se há um setor pra isso.
151 Alyne nega. Dafna continua a leitura Lucas questiona se podem solicitar capacitações
152 para a sua entidade. Dafna confirma. No art. 11. Dafna observa que anteriormente
153 surgiram dúvidas sobre o plano de trabalho: se era o plano da instituição ou do projeto, e
154 diz que o plano da entidade é entregue no momento do registro da entidade no CMDCA
155 e sugere a inclusão da palavra projeto: apresentar Plano de Trabalho do projeto; Dafna
156 observa que as entidades devem entregar o projeto também de forma digitalizada e
157 questiona se, na época, foram devolvidos os pendrives à entidade. Sabrina confirma.
158 Dafna diz que deve ser observado para quais áreas do Sistema de Garantia de direitos o
159 FIA pode ser utilizado, pois CRAS, CREAS já tem recurso da Assistência voltado para
160 capacitação. Dafna diz que conferência também entraria. Dafna observa que o recurso
161 pode ser utilizado tanto pra prevenir o problema como atuar no problema. Dafna observa
162 que são treze diretrizes que os projetos devem seguir, serem inscritos e direcionados.
163 Dafna observa que os projetos que atendam as demandas do município tem pontuação
164 maior, e diz que as diretrizes são bem abrangentes, de acordo com o ECA e CONANDA
165 e que é importante a leitura pelos conselheiros. Dafna pontua que no art. 8º tanto entidades
166 governamentais como não governamentais devem apresentar os projetos. Dafna observa
167 que devem solicitar a capacidade técnica. Lucas diz que no caso do Grupo Escoteiro são
168 todos voluntários e questiona se não daria para apresentar projeto devido à isso. Dafna
169 explica que a entidade pode apresentar projeto para a contratação, pois os envolvidos
170 devem cumprir uma carga horária e depois apresentar o cumprimento na prestação de
171 contas. Rosa acrescenta que devem apresentar nota fiscal do serviço. Dafna diz que
172 quanto ao número de projetos do art. 9º, se permanece: um projeto governamentais e dois
173 não governamentais. Dafna observa que lá em cima está 20% para as governamentais e
174 questiona se ficou claro. Rosa diz que entendeu que 20% do valor total iria para projetos
175 governamentais. Alyne sugere colocar uma ressalva: No art. 9º incluir para as
176 governamentais respeitando o limite previsto no art. 5º (20%). Conselheiros concordam.
177 Dafna questiona se precisa manter o Parágrafo único: Caso a organização não
178 governamental venha a apresentar mais de duas propostas de projetos dentro do prazo
179 serão considerados apenas os dois primeiros recebidos; Rosa diz que não precisaria ter
180 esse parágrafo. Alyne questiona se a entidade pode corrigir o projeto, ou seja apresentou
181 o projeto, a comissão analisou e não aprovou, ela pode reapresentar. Dafna diz que a

182 entidade não pode reapresentar o projeto e explica que o que podem é recorrer da
183 avaliação feita pela comissão, mas que não podem fazer a correção conforme a comissão
184 ensinou. Dafna explica que foi o que aconteceu com o projeto apresentado pelo Grupo
185 Escoteiro Carijós: o primeiro foi entregue com itens em branco, não preenchidos e no
186 recurso apresentado pela entidade à comissão o projeto tinha trinta páginas, bem mais
187 elaborado. Lucas disse que ainda assim não estava completo. Dafna observa que estava
188 bem melhor do que o primeiro apresentado. Rosa diz que Mário expôs que entregaram o
189 projeto para garantir o prazo. Alyne diz que nesse caso esse parágrafo responde e diz que
190 deve ter sido incluso por ter tido alguma questão. Conselheiros optam pela permanência.
191 Dafna sugere incluir nos demais artigos do edital que seja registrada e vigorando o seu
192 registro junto ao CMDCA. Dafna observa que os projetos tem início, meio e fim, portanto
193 a readequação, foi visto em Criciúma, não é recomendada. Dafna diz que na prestação de
194 contas devem apresentar lista de presença, avaliação dos resultados e que devem ter itens
195 voltados para projetos que contenham construção, como o projeto arquitetônico, a
196 assinatura do engenheiro. Alyne diz que não somente projeto arquitetônico, há outros
197 itens que serão solicitados na licitação. Dafna acrescenta a redação: Para projetos que
198 tenham como objeto construção, reforma ou ampliação é necessário a apresentação de
199 projeto arquitetônico, memorando descritivo, cronograma da obra, responsável técnico e
200 capacidade técnica com registros nos órgãos competentes. Lucas questiona se é a
201 construtora quem irá fazer. Alyne confirma e explica que para cada etapa devem
202 apresentar um valor, por exemplo: colocar uma placa, até quando, qual valor. Alyne
203 explica que o repasse é o valor global, porém a entidade desembolsa conforme o
204 cronograma, e sugere verificar a responsabilidade pelo CREA por exemplo, ter um
205 engenheiro habilitado para obra pública, que já tenha realizado obra e tenha dado certo.
206 Alyne exemplifica que teve o Celau, na época do prefeito Nivaldo, onde caiu o telhado
207 do Centro de eventos da terceira idade, e foram ver as documentações, sabe que faz
208 serviços, sem qualquer incidente grave, porém pela lei de licitação não se enquadrava,
209 pois faziam casas e fazer obra na entidade é diferente e devem pensar até que ponto se
210 acontece alguma coisa é responsável. Dafna explica que incluindo a capacidade técnica
211 seria a apresentação desses certificados. Alyne diz que vai limitar alguma situação, mas
212 vai ter mais garantia, pois sendo voluntário hoje pode estar disponível amanhã não está.
213 Rosa observa que foi por isso que o Grupo Escoteiro já teve que devolver recurso. Rosa
214 observa que o valor disponível não é muito alto. Dafna observa que não mexeram no
215 edital cancelado e não colocaram no cronograma. Rosa diz que o cancelado é mais
216 tranquilo, fica aberto, pois a entidade que vai atrás do recurso. Rosa observa que não foi
217 mencionado que não pode apresentar aditivo. Alyne diz que tem situações que tem. Dafna
218 diz que foi destacado a parte de apresentar três orçamentos de fornecedores, contendo
219 assinaturas. Dafna sugere retirar a parte da assinatura, pois há orçamentos da internet.
220 Alyne diz que há a possibilidade de apresentar orçamentos do portal nacional de compras
221 públicas, ou ata de preços, portanto sugere a alteração: apresentação de três orçamentos
222 apenas. Conselheiros aprovam por unanimidade. Dafna observa que terá outra reunião
223 em seguida e não conseguirão finalizar nessa reunião a análise do edital, e diz que pararam
224 na página 13, e que em seguida verão a questão da avaliação, prazos e anexos, Dafna diz
225 que o termo de fomento é a administração que exige, e explica que o rol de documentações
226 necessárias foi copiada para facilitar para as entidades. Dafna observa que terão um mês
227 para analisar o edital e após o regimento interno. Rosa diz que na próxima reunião será a

228 análise dos registros das entidades. Dafna diz que devem pensar se fazem extraordinária
229 para dar conta dos assuntos. Lucas observa que os conselheiros tem metas muito altas, e
230 diz que acabaram de confeccionar o plano de ação e aplicação em atraso e sugere que
231 para a próxima terminem o edital e registro das entidades e após o regimento interno, pois
232 não podem atropelar, observando que todos tem outras responsabilidades. Dafna diz que
233 os conselheiros podem pontuar pra facilitar ou ler corrido. Rosa diz que devem realizar a
234 leitura item por item na reunião para não passar nenhuma questão. Lucas concorda, porém
235 sugere que os conselheiros já tragam os apontamentos. Rosa diz que para a próxima
236 reunião então fica em pauta: analisar os documentos de solicitação de registro e análise
237 do edital. Conselheiros aprovam. Dafna diz que o restante dos assuntos vão acordando no
238 decorrer. Conselheiros concordam. E, nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a
239 reunião às 09h45min. E, para constar eu: Sabrina Medeiros da Silva, na condição de
240 assistente administrativa do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada,
241 segue subscrita pelos membros presentes.